



DE CRISE EM CRISE, BOLSONARO GOVERNA COMO A BURGUESIA QUER



O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Senado instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. A notícia foi recebida pela oposição ao governo como uma grande vitória, uma vez que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, aliado de Bolsonaro, tentou evitar a instalação da CPI.

O objetivo da investigação é culpar Bolsonaro pelos mais de 350 mil óbitos por covid no país. Para isso, ela poderá utilizar o levantamento da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) que analisou milhares de normas federais produzidas pelo governo durante a pandemia e identificou o que os pesquisadores chamaram de “estratégia institucional de propagação do vírus”, orquestrada “sob a liderança da Presidência da República”.

O colegiado de uma CPI tem poder para convocar depoimentos, ouvir testemunhas, levantar documentos sigilosos, definir diligências para as apurações, entre outras ações e o relatório final pode ser encaminhado ao Ministério Público para que os infratores sejam responsabilizados nos âmbitos civil e criminal.

No entanto, não se trata de uma ação puramente técnica. Os trabalhadores estão acostumados a ver os resultados das CPIs servirem de base para perseguições políticas e negociações que nada têm a ver com seus

interesses. Mais uma vez, Bolsonaro se vê refém dos partidos do centrão, sua base de apoio no parlamento, que não têm outro interesse a não ser o de aumentar o preço de seu apoio, por meio de liberação de emendas e nomeação de aliados nos ministérios ou em empresas e agências a eles vinculadas.

Os trabalhadores não podem nutrir esperanças nas saídas propostas pela direita. Na semana passada, a dança das cadeiras nos ministérios e cargos do governo gerou análises equivocadas de que os militares estariam abandonando o barco bolsonarista e sendo, assim, uma solução para a crise do

governo. Junto a essas análises, criou-se o temor de um autogolpe com a participação da Polícia Militar. Certamente não se pode descartar o risco de um autogolpe, mas o que os fatos revelam, é, na verdade, o enfraquecimento de um governo que nunca deixou de ter o apoio e, mais do que isso, está sob controle dos militares.

Em relação à CPI, é preciso ter em conta que foi uma intervenção do STF sobre o legislativo, o que fere os princípios básicos da democracia burguesa. Ou seja, no capitalismo, as instituições funcionam para manter a taxa de lucro da burguesia, mesmo que para isso ela rejeite suas próprias regras. Assim como a carta dos empresários, a CPI é mais uma carta na manga que a grande burguesia do país guarda para colocar o presidente sob seu cabresto. E, nesse sentido, Bolsonaro vai bem. Nunca os trabalhadores perderam tanto, em tão pouco tempo, enquanto a população permanece jogada à própria sorte no enfrentamento da pandemia.

**O governo Bolsonaro deve ser
derrubado pelos trabalhadores em uma
Frente Única de Esquerda**



TRAGÉDIA ANUNCIADA: AUMENTAM AS MORTES DE INDÍGENAS NA PANDEMIA



Em um momento de descontrole da pandemia da Covid-19, com média de mortes diárias acima de 3000, a ausência de vacinas e de políticas que assegurem o isolamento social agravam a situação. Para os povos indígenas o cenário é mais grave. Muitos são contaminados por profissionais que têm acesso às aldeias e pelo aumento de garimpeiros em seus territórios. Além disso, a necessidade de sobrevivência os obriga a frequentar centros urbanos, onde podem se contaminar.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), mais de 51133 índios foram contaminados, 1034 morreram, 163 povos afetados. E a vacinação chega a passos lentos. Foi preciso uma intervenção do STF, no dia 16 de março, para que os indígenas “não

aldeados” fossem incluídos no grupo prioritário da vacinação. Antes dessa decisão, 42,8% da população indígena do país, ficaram de fora da primeira etapa da imunização contra o coronavírus.

Os critérios preestabelecidos pelo Ministério da Saúde, tais como ser aldeado, ter 18 anos ou mais e ter concordado em receber a imunização, atrasaram a imunização, ampliando a situação de vulnerabilidade dessa população. Diante de um governo representante do agronegócio e dos garimpeiros, muita luta e organização serão necessárias para garantir os direitos dos povos originários, inclusive à vida.

NÃO AO COMÉRCIO DAS VACINAS!

A burguesia brasileira deu mais um passo para aumentar a desigualdade no acesso à vacina contra a Covid-19. No dia 7 de abril, o Congresso Nacional aprovou a compra de vacinas pelo setor privado. Foi aprovada também a compra de vacinas sem autorização da Anvisa, o que retirará a possibilidade da doação de parte das vacinas compradas ao SUS, que só pode utilizar vacinas com autorização temporária ou definitiva da Anvisa.

O Brasil é o oitavo país a privatizar as vacinas no mundo e os trabalhadores brasileiros sabem que a medida vai favorecer a imunização de uma pequena parcela da população, que poderá pagar pela vacina. Além disso, deixará os trabalhadores de empresas privadas a mercê de vacinas duvidosas, sem regulamentação



nacional, nem da Anvisa, nem do SUS.

Em nossa opinião o Senado deve rejeitar a proposta. Convocamos os trabalhadores a lutar pela quebra das patentes, pela compra de vacinas exclusivamente pública e pela vacinação rápida, gratuita e massiva.

TRABALHADORES ESSENCIAIS QUEREM VACINA



Os trabalhadores dos Correios foram inseridos no Decreto Presidencial 10.282/2020, que regulamenta e define os serviços públicos e atividades essenciais. Entretanto, esses profissionais estabelecem contatos diretos com a população usuária dos serviços da ECT durante suas atividades, além de manipularem objetos contaminados, ficando expostos à contaminação do coronavírus, mas não foram incluídos em nenhum plano de vacinação.

Há um descaso da direção da empresa com seus trabalhadores, que desconhece a real situação da

pandemia entre os trabalhadores da categoria, uma vez que os dados são ocultados. Foram necessárias ações judiciais, motivadas por parte dos sindicatos, para garantir o mínimo de segurança como: fornecimento de álcool em gel, máscaras, desinfecção dos setores de trabalho e até os exames de trabalhadores com sintomas da Covid.

Alguns projetos que tramitam no Congresso Nacional (PL 1011/2020 e PL 1014/2021) visam inserir os trabalhadores dos Correios nas categorias prioritárias do Plano Nacional de Imunização (PNI) e, assim, garantir sua segurança sanitária. Além disso, é preciso lutar pela vacinação massiva, para que a imunização da população reduza o número de mortes.

**Vacina já!
Fora Bolsonaro e todo o seu
Governo!**

